



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento parcelado de salgados (fritos e assados) e itens de panificação, em atendimento às necessidades das secretarias municipais, conforme especificado em edital de chamamento público neste Termo de Referência.

2 - DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO/VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. A descrição, os quantitativos, as unidades de medida e os valores relacionados aos fornecimentos pretendidos constam no Anexo A deste Termo de Referência.

2.2.O MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA estima o valor anual de até R\$ 156.100,00(cento e cinquenta e seis mil e cem reais), a serem pagos de acordo com a quantidade entregues pela Credenciada, com observância dos preços do respectivo item na Tabela de Referência constante do DECRETO MUNICIPAL Nº 532/2026.

2.2.3. Os preços fixados para o presente credenciamento foram definidos com base em levantamento de mercado previamente realizado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando cotações junto a fornecedores locais e análise de contratações similares. A tabela de preços constante em decreto municipal será utilizada como referência administrativa, devendo sempre guardar compatibilidade com os valores praticados no mercado, sob pena de revisão.

2.2.4. É vedado à credenciada cobrar valores superiores aos fixados na tabela de referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive descredenciamento.

2.3. O Município de Leandro Ferreira, no início de cada exercício financeiro, poderá atualizar a estimativa dos quantitativos, bem como comprovar a existência de créditos orçamentários para lastrear as futuras contratações oriundas deste credenciamento.





2.4. O Fornecedor poderá realizar o atendimento de parte do objeto indicados no edital e no termo de referência, sendo que, à não execução de todos os fornecimentos descritos não implica na impossibilidade de credenciamento. Haja vista que a exigência de que cada fornecedor credenciado ofereça atendimento em todos os itens indicados pode limitar a participação de potenciais interessados, especialmente pequenas e médias empresas que poderiam contribuir significativamente para a ampliação da cobertura do objeto

2.5. A adoção do credenciamento por inexigibilidade de licitação fundamenta-se no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a inviabilidade de competição, caracterizada pela necessidade da Administração Pública de dispor de múltiplos fornecedores aptos à fornecer de forma contínua, simultânea e descentralizada. O modelo permite o atendimento imediato das demandas, especialmente em situações operacionais.

3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender às demandas das Secretarias Municipais do Município, mediante o fornecimento parcelado de salgados fritos e assados, bem como itens de panificação, destinados ao suporte de atividades institucionais, administrativas, educacionais, sociais, culturais, esportivas e de saúde promovidas pela Administração Pública Municipal.

A necessidade da contratação decorre da realização contínua de reuniões, capacitações, campanhas, eventos institucionais, ações comunitárias, atendimentos coletivos, conferências, oficinas, treinamentos, recepções oficiais e demais atividades promovidas pelas diversas secretarias municipais, nas quais o fornecimento de alimentação rápida e adequada se mostra indispensável para garantir melhores condições de participação, acolhimento e execução das ações públicas.

Considerando a natureza variável, contínua e imprevisível da demanda, o credenciamento mostra-se a solução mais adequada ao interesse público, uma vez que possibilita a contratação de múltiplos fornecedores aptos ao atendimento das





solicitações da Administração, ampliando a competitividade, assegurando maior disponibilidade de fornecimento, evitando desabastecimento e promovendo eficiência no fornecimento do objeto.

A adoção do credenciamento encontra respaldo no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em razão da inviabilidade prática de competição excludente, tendo em vista que a Administração possui interesse em contratar todos os fornecedores que atendam às condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, permitindo maior capilaridade e atendimento simultâneo das demandas municipais.

Além disso, o fornecimento parcelado evita aquisições excessivas e desperdícios, permitindo que os pedidos sejam realizados conforme a efetiva necessidade de cada secretaria, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público.

A contratação também busca assegurar padrão mínimo de qualidade, regularidade no fornecimento e atendimento tempestivo das demandas administrativas, garantindo suporte adequado às atividades desenvolvidas pelo Município.

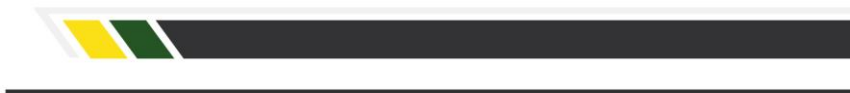
4 - JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento será adotado para possibilitar a maior rede possível de prestadores, garantindo isonomia e ampla participação, por meio da seleção de empresas que atendam aos requisitos previamente definidos no instrumento convocatório.

4.2. O credenciamento será operacionalizado por meio de contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado nos artigos 74, inciso IV, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Nos termos do artigo 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento é um processo administrativo de chamamento público no qual a Administração Pública





convoca interessados em fornecer determinado objeto, assegurando que todos que atendam aos requisitos legais possam se credenciar para a atendimento do objeto.

4.4. No que se refere ao critério de seleção, será adotado o previsto no **artigo 79, inciso I**, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, **PARALELA E NÃO EXCLUDENTE.**, cabendo ao Poder Público apenas credenciar os que atendam aos requisitos previstos na legislação.

4.5. O credenciamento amplia a base de fornecedores elegíveis, reduzindo riscos relacionados à dependência de um único fornecedor e assegurando que os fornecimentos sejam ofertados conforme a demanda, evitando atrasos e prejuízos à população.

4.6. Dessa forma, considerando a natureza do objeto e a necessidade de contratação contínua do objeto, o modelo de credenciamento se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e eficiente para os interesses da Administração Pública.

4.7. O objeto caracteriza-se como comum, porém sua realização demanda atendimento descentralizado, contínuo e simultâneo por múltiplos fornecedores, razão pela qual se justifica a adoção do credenciamento, afastando a utilização de modalidades competitivas tradicionais, conforme permissivo da Lei nº 14.133/2021.

4.8. O credenciamento não gera obrigação de contratação por parte da Administração Pública, sendo os fornecimentos demandados conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. As contratações decorrentes deste procedimento devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., da Advocacia-Geral da União ou versão mais atualizada, bem como os requisitos previstos nas obrigações da contratada e/ou no Edital ou em





requisito previsto em lei especial, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. A empresa credenciada deverá cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente, especialmente no que se refere ao descarte adequado de resíduos alimentares e ao uso de embalagens biodegradáveis ou recicláveis.

5.2. Subcontratação

5.2.1. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto do presente Termo de Referência.

5.3. Critérios Mínimos para Atendimento

5.3.1. Os estabelecimentos credenciados deverão atender aos seguintes critérios mínimos:

- a) Os produtos fornecidos deverão ser preparados com matérias-primas de boa qualidade, observando padrões adequados de higiene, conservação e manipulação, em conformidade com as normas sanitárias vigentes da Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes;
- b) Os salgados fritos, assados e itens de panificação deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, com aspecto, textura, sabor, odor e temperatura adequados, sendo vedado o fornecimento de produtos deteriorados, vencidos ou impróprios para consumo;
- c) Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, limpas e adequadas ao transporte, de forma a preservar sua integridade, qualidade e segurança alimentar até o momento da entrega;
- d) O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante solicitação formal emitida pela Administração, observando os quantitativos e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;





- e) A contratada deverá possuir capacidade operacional para atendimento simultâneo das demandas municipais, inclusive em situações de eventos, campanhas ou ações extraordinárias;
- f) Os pedidos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, dentro do prazo previamente estipulado na solicitação, responsabilizando-se a contratada por todas as despesas de transporte, pessoal, embalagem e logística;
- g) Os produtos deverão apresentar padrão mínimo de qualidade compatível com o mercado local e regional, podendo a Administração rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não atenderem às especificações exigidas;
- h) A Administração poderá realizar fiscalização a qualquer tempo, inclusive quanto às condições de preparo, armazenamento, transporte e manipulação dos alimentos, podendo solicitar substituição imediata dos produtos considerados inadequados.
- i) O descumprimento dos padrões mínimos de qualidade, prazos de entrega ou condições sanitárias poderá ensejar aplicação das penalidades previstas no edital, Termo de Referência e legislação vigente, sem prejuízo do descredenciamento da empresa, quando cabível;
- j) A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e sanitária exigidas no procedimento de credenciamento.

6 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO/CRENCIAMENTO

6.1 - Para fins de habilitação/credenciamento, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

PESSOA JURIDICA:

6.2. Habilitação Jurídica:

6.2.1. NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





6.2.2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.2.3. No caso de SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, NO CASO DE SER O PARTICIPANTE SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA;

6.2.5. No caso de SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.2.6. decreto de autorização, para SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA em funcionamento no País.

6.2.7. Os documentos previstos nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

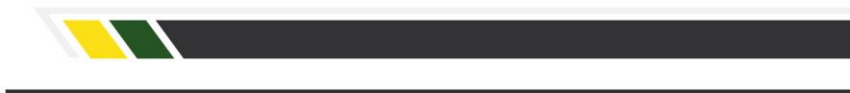
6.2.8. Apresentação de documento oficial de identificação com foto do responsável legal da empresa, devidamente válido, para fins de comprovação de identidade perante a Administração.

6.3 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

6.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





6.3.3 - Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;

6.3.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.3.5 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

6.3.6. Apresentar Alvará de Funcionamento válido e vigente, expedido pelo órgão competente do município sede da licitante, compatível com o ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, devendo permanecer regular durante toda a execução contratual.

6.3.7. Apresentar Licença Sanitária válida e atualizada, expedida pela Vigilância Sanitária competente, comprovando que o estabelecimento atende às normas sanitárias aplicáveis ao preparo, manipulação, acondicionamento e comercialização de alimentos, devendo a regularidade ser mantida durante toda a vigência do credenciamento e da contratação.

6.3.8 - Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.9 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratar com a Administração Pública

6.3.10 - Prova de que a contratada não tenha sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou da Administração Estadual, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- b) Certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- c) Certidão negativa de restrição a contratações do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);





- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- e) Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços do Estado de Minas Gerais (CAGEF).

6.3.9 - As certidões mencionadas nas alíneas de "a" a "e" poderão ser substituídas por certidões consolidadas, conforme o caso.

7 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES

7.1 - Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Fornecimento dentro das exigências mínimas impostas pela ANVISA e segundo as especificações e determinações técnicas aplicáveis, respondendo por sua qualidade;
- b) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, exceto, quando previamente autorizado pela CONTRATANTE;
- c) Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento do objeto.
- d) Submeter-se às regras de funcionamento da CONTRATANTE;
- e) Respeitar, rigorosamente, na execução deste contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente;
- f) Cumprir rigorosamente os horários e dias aprazados para o fornecimento, devendo prestar todos os fornecimentos agendados;
- g) Comunicar à direção da CONTRATANTE, com 20 (vinte) dias de antecedência, qualquer alteração que houver, para a realização do fornecimento;
- h) Realizar somente os fornecimentos autorizados pela Administração Municipal, conforme Ordem de fornecimento;





- i) Manter, durante todo o prazo de fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que ensejaram sua habilitação na licitação que deu origem ao presente instrumento;
- j) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente;
- k) Fornecer ao preposto credenciado do CONTRATANTE o relatório especificando os fornecimentos realizados e seu respectivo valor;
- l) Cientificar ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato que interfira na execução normal do fornecimento, sugerindo as medidas necessárias à sua correção;
- m) Arcar com o pagamento de todas as obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias, sociais e trabalhistas oriundas da execução do fornecimento do objeto do presente contrato;
- n) Manter os fornecimentos iniciados, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias ou até encaminhamento para outra empresa credenciada, no caso de haver descredenciamento ou rescisão contratual, independentemente de quem deu causa ao rompimento;
- o) Apresentar, na periodicidade ajustada, relatórios e outros documentos comprobatórios da execução do objeto;
- p) Arcar com a responsabilidade civil, por todos e quaisquer danos materiais e pessoais, causados por culpa, dolo, negligência ou imprudência dos seus empregados ou prepostos.
- q) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, Lei nº 14.133/2021.
- r) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o





acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

- s) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- t) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas no art. 116, da Lei 14.133/2021.
- w) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme o art. 116, da Lei 14.133/2021.
- x) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art.121, caput).
- y) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021,





art. 121, §1º).

7.2 - Constituem obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetivo fornecimento, objeto do Termo de Referência.
- e) Rejeitar, no todo ou em parte os fornecimentos, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
- f) Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à parcela do fornecimento realizado, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- j) Aplicar a Contratada as sanções regulamentares.





- k) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- l) Disponibilizar local adequado para a realização do fornecimento, quando for o caso.
- m) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à realização do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- n) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.
- o) Realizar avaliações periódicas da qualidade do objeto ofertado , após seu recebimento.
- p) Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto ofertado.
- q) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- I- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos fornecimentos de recepção e apoio ao usuário;
 - II- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada quando necessário
- r) Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





8 - DA VISTORIA TÉCNICA

8.1. Concluído o processo relativo ao Chamamento Público e antes da formalização do termo de adesão com as empresas credenciadas, estas poderão ser submetidas a uma vistoria técnica realizada por representantes formalmente designados pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA. Essa vistoria tem como objetivo verificar as condições de fornecimento do objeto, a disponibilidade dos equipamentos e a adequação do fornecimento contratados.

8.2. A vistoria técnica não será pressuposta para habilitação, entretanto a divergência entre as informações prestadas pela instituição proponente e o relatório da vistoria técnica poderá acarretar a suspensão do fornecimento relativos ao estabelecimento de contrato com o MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, sem prejuízo da imposição das penalidades previstas no instrumento.

9 - DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA

9.1. Todas as empresas credenciadas serão avaliadas periodicamente pela Administração Municipal, considerando os seguintes critérios: qualidade dos produtos ofertados, cumprimento dos prazos estabelecidos, segurança na execução das atividades, adequação dos equipamentos utilizados, impacto ambiental e conformidade com as normas de segurança do trabalho.

9.2. O resultado das avaliações periódicas poderá ser utilizado como critério para descredenciamento nos casos em que houver reincidência de não conformidades ou descumprimento das condições contratuais estabelecidas pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG.

10 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/TERMO DE ADESÃO

10.1. Os contratos a serem firmados terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura.

10.2. Os contratos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da administração, nos art. 106 ao 108, da Lei Federal 14.133/21.





10.3. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional da contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão.

11 - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

11.1. O Credenciamento estará vigente até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.

11.2. Enquanto estiver vigente o credenciamento, fica permitido o cadastramento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas, em conformidade com inciso II, parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A revogação deste credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.

12 - DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. o fornecimento será realizado sob demanda e de forma parcelada, conforme solicitações e demandas dos órgãos e secretarias do município.

12.1.1. Os fornecedores deverão atender às demandas em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da solicitação.

12.1.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura física adequada para execução do objeto deste termo de referência no perímetro do Município de Leandro Ferreira/MG. Será permitida a participação de empresas sediadas em outros municípios, desde que se comprometam a disponibilizar a referida estrutura no momento da execução contratual, sem ônus adicional para a Administração Pública.

12.1.2. A exigência de disponibilização de estrutura física no Município de Leandro Ferreira/MG justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência, celeridade e economicidade na realização do fornecimento, os quais serão prestados sob demanda e com prazo reduzido de atendimento. A medida assegura melhor controle e fiscalização pela Administração, além de evitar custos adicionais com deslocamento e logística. Ressalta-se que tal exigência não restringe a competitividade, uma vez





que permite a participação de empresas de outras localidades, desde que atendam à condição estabelecida, estando alinhada ao interesse público e à legislação vigente

12.1.3. O início da execução ocorrerá a partir do recebimento da Ordem de fornecimento, a qual será encaminhada por meio eletrônico ao endereço previamente informado pelo CONTRATADO.

12.1.4. O fornecimento deverá observar padrões mínimos de qualidade, incluindo a manutenção da temperatura adequada dos alimentos conforme as normas sanitárias vigentes, o atendimento dentro do prazo máximo estabelecido, a observância das boas práticas de manipulação de alimentos e a garantia de satisfação mínima dos usuários, podendo a Administração realizar avaliações periódicas para verificação do cumprimento dessas condições. O descumprimento dos padrões estabelecidos poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, inclusive o descredenciamento do fornecedor.

12.1.5. Os preços serão reajustados anualmente, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, com base no índice IPCA, conforme previsto no art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6. Eventual reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

12.1.7. Os riscos inerentes à execução contratual serão distribuídos de modo que aqueles relacionados à qualidade, higiene e fornecimento dos alimentos sejam de responsabilidade da CONTRATADA, enquanto os riscos relativos à demanda e à solicitação dos fornecimentos competem à CONTRATANTE, sendo que os riscos decorrentes de caso fortuito ou força maior serão suportados de forma compartilhada entre as partes.

12.2. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:





- a) Quando estiverem com especificações técnicas diferentes das contidas neste termo de referência;
- b) Quando apresentarem eventuais deformidades nas suas texturas
- c) Quando fornecidos sem a devida autorização da Administração Municipal.

12.4. Se os produtos contratados não forem entregues no prazo estipulado, a contratada estará sujeito às sanções previstas no contrato.

12.5. Os fornecimentos realizados, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante todo o prazo de vigência do contrato.

12.6. Para o(s) produtos(s) entregues(s) e não aceito(s) após verificação realizada por servidor designado (Fiscal do contrato), a CONTRATADA se obriga a refazer às suas expensas, os produtos contratados, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência.

12.7. A credenciada deverá atender às ordens de fornecimentos emitidas pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, executando o objeto conforme as especificações contratuais.

12.8. A execução do objeto deverá ocorrer mediante apresentação da Ordem de fornecimento emitida pelo CONTRATANTE, que especificará o local, o período e a metragem a ser atendida, assegurando que todos os produtos sejam realizados conforme os padrões técnicos exigidos.

12.9. A fornecimento será realizada nos locais indicados pelo CONTRATANTE, conforme demanda previamente estabelecida. O fornecimento só será considerada válida mediante a emissão formal da Ordem de fornecimento pela Administração Municipal. A ausência desse documento exime a Administração de qualquer responsabilidade quanto ao pagamento.

13 - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO





13.1. Será realizado o acompanhamento da execução dos contratos por meio de fiscal designado, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O fiscal designado anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.2.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.3. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.4. Compete ao Gestor do Contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

13.5. Compete ao Fiscal do Contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

13.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material





inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e preposto.

14 - DO PAGAMENTO

14.1. A credenciada receberá pelo valor fixado conforme tabela contida no Anexo A deste Termo de Referência.

14.2. Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria do MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, na conta da credenciada cujos dados serão fornecidos posteriormente, em **até 30 dias correntes após emissão da Nota Fiscal**, desde que:

a) A credenciada encaminhe ao MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, **até 02 (dois) dias após solicitação**, os seguintes documentos: Nota Fiscal referente aos fornecimentos executados e as respectivas certidões: prova de regularidade com a Seguridade Social - INSS; prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

b) Nenhuma nota fiscal será processada e o pagamento realizado antes do respectivo envio da solicitação pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA. A solicitação para emissão da Nota Fiscal será encaminhada pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao fornecimento.

Fiscal será encaminhada pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao fornecimento

14.3. Estarão incluídas no preço todas as despesas diretas e indiretas, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outras necessárias a plena execução deste contrato.

14.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade.





14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

14.6. O pagamento será processado, de acordo com os quantitativos de fornecimentos efetivamente realizados, através de ordem ou depósito bancário, em conta corrente indicada, obrigatoriamente, pela empresa CONTRATADA.

14.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

14.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.11. O pagamento pelo fornecimento será realizado mensalmente, de acordo com os quantitativos ofertados, mediante a apresentação de Nota Fiscal, juntamente com o relatório de fornecimento contendo data e assinatura do usuário, com devido atesto do fiscal do contrato.





14.12. O pagamento dos fornecimentos será efetuado mensalmente e diretamente em conta bancária da CONTRATADA, com base nos fornecimentos realizados, em até 30 (trinta) dias correntes contados da apresentação da Nota Fiscal, juntamente com os relatórios citados no item que deverá corresponder aos fornecimentos efetivamente realizados.

14.13. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetivo fornecimento do objeto e da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA

15 - DO REAJUSTE

15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis.

15.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

16 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS





16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor do Município de Leandro Ferreira, relativa ao exercício financeiro de 2026.

16.2. Os dados orçamentários serão informados pelo Setor Contabilidade, por meio de declaração de disponibilidade orçamentária e financeira e constará nos autos do processo, bem como no contrato, na nota de empenho da despesa, ou em outro instrumento hábil.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O presente Credenciamento poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta. Devendo ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba a qualquer prestador direito à indenização, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 137, da Lei nº. 14.133/21.

17.2. Serão facultados à Comissão de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do procedimento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão.

17.3. A Comissão de Contratação, após receber e conferir a documentação encaminhará o processo de credenciamento ao Setor de Licitações responsável pela análise dos documentos e propostas referentes aos chamamentos públicos do MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, para a emissão de parecer técnico sobre a avaliação das propostas apresentadas.

17.4. Estarão impedidos, de participarem deste Credenciamento, as entidades interessadas cujos sócios e/ou representantes se enquadrarem nas situações dispostas no artigo 14, da Lei Federal nº. 14.133/21 e/ou § 4º, do artigo 26, da Lei Federal nº. 8.080/90.





17.5. O MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA poderá, em casos específicos e critérios definidos em normatização complementar, a realização de auditoria.

17.6. Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operativa do prestador poderá ensejar a rescisão do Contrato proveniente deste Edital ou a revisão das condições ora estipuladas.

17.7. A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA sobre os fornecimentos que vierem a ser contratados não eximirá o prestador da sua plena responsabilidade perante o mesmo ou para com os usuários e a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Instrumento proveniente deste Edital.

17.8. O prestador facilitará ao MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, o acompanhamento e a fiscalização permanente os fornecimentos e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA designados para tal fim.

17.9. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos Contratos o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº. 14.133/21, sem prejuízo das multas cominadas neste instrumento ou no edital, quais sejam:

17.9.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

17.9.2. Cobrar qualquer sobretaxa em relação à tabela de preços.

17.9.3. Cobrar quaisquer fornecimentos, direta ou indiretamente ao usuário.

17.9.4. Solicitar e/ou exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

17.9.5. Solicitar qualquer tipo de doação.

17.9.6. Atrasar de forma injustificada o início do fornecimento.

17.9.7. Paralisar o fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

17.9.8. Desempenho insatisfatório.





17.9.9. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do fornecedor poderá ensejar a rescisão do contrato.

17.9.10. Não atendimento a solicitação de esclarecimento encaminhada pela autoridade superior do MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA.

17.9.11. O não atendimento das determinações regulares do Supervisor/Auditor designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, as de seus superiores.

17.9.12. O cometimento reiterado de faltas na realização do objeto.

17.9.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA.

17.9.14. Com base no artigo 137 na Lei Federal nº. 14.133/21, em caso de rescisão ou denúncia, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, será observado o PRAZO DE ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA OCORRER A RESCISÃO. Se neste prazo o fornecedor negligenciar o fornecimento que vierem a ser contratados, a multa poderá ser duplicada.

17.9.15. A rescisão do Contrato será determinada pelo MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, tudo com vista ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/21, em especial ao seu artigo 137.

17.9.16. Da decisão do MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA de rescindir os Contratos, caberá ao prestador pedido de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

17.9.17. Sobre o pedido de reconsideração, formulado nos termos do subitem anterior, o MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) DIAS ÚTEIS e terá efeito suspensivo.

17.9.18. Qualquer alteração do Contrato desde que legalmente permitido será objeto de Termo Aditivo.





17.10. Os Contratos que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial do Município de Leandro Ferreira e no PNCP, no prazo estabelecido pelo artigo 94, da Lei Federal 14.133/21.

Leandro Ferreira/mg, na data da assinatura eletrônica.

Daniela Cristina Alves Rodrigues
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal





ANEXO A

DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTITATIVO E VALOR

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	VALOR (R\$)	QUANTIDADE
01 BISCOITO DE QUEIJO SEM RECHEIO (PESANDO APROXIMADAMENTE 38 GRAMAS UNIDADE)	UNIDADE	R\$ 2,50	1300
02 BOLO ALIMENTICIO SABORES (CHOCOLATE, FUBA, MILHO, COCO, LARANJA, MESCLADO. (PESANDO APROXIMADAMENTE 428 GRAMAS)	UNIDADE	R\$12,00	800
03 BOLO ALIMENTICIO TIPO ANIVERSÁRIO (RECHEIO VARIADO)	QUILOGRAMA	R\$100,00	120
04 PAO DE QUEIJO SEM RECHEIO (PESANDO APROXIMADAMENTE 38 GRAMAS UNIDADE)	UNIDADE	R\$2,50	1300
05 PÃO TIPO FRANCES GRANDE (PESANDO APROXIMADAMENTE 42 GRAMAS)	UNIDADE	R\$0,70	80.000,00
06 SALGADOS GERAL (FRITOS E ASSADOS) COM PESO MÉDIO APROXIMADO DE 20 GRAMAS CADA	UNIDADE	R\$0,90	80.000,00



VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 156.100,00 (Cento e Cinquenta e seis mil e cem reais)

Daniela Cristina Alves Rodrigues
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

APROVO O **ANEXO A** DESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA

PRACA BOM DESPACHO, Nº 50 - CENTRO - CNPJ: 18.315.218/0001-09

LEANDRO FERREIRA/MG - CEP 35.657-000

FONE: (37) 3277-1331



CÓDIGO DE ACESSO

49D61D3463DE4641978A202B94A88E11

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://leandroferreira.flowdocs.com.br/public/assinaturas/49D61D3463DE4641978A202B94A88E11>